

A descontinuidade do I PPE/CIEP: um debate inacabado e que ensina¹

André de Souza Lemos ²
Máximo Augusto Campos Masson ³

RESUMO

O presente resumo expandido é fruto das discussões, do Grupo de Estudos e Pesquisas: Trabalho, Formação Docente, vinculado ao PPGEduc/UFRJ, e de extrato de dissertação em andamento que analisa a descontinuidade do I PPE/CIEP – Primeiro Programa Especial de Educação dos Centros Integrados de Educação Popular, 1983-1987. Tem como metodologia um diálogo com parte da bibliografia sobre o tema, somada a uma perspectiva sociológica reflexiva e uma contextualização histórico crítica, e como objetivo, propor o declínio do Projeto CIEP num debate inacabado.

Palavras-chave: Educação Popular; Projeto CIEP; Descontinuidade

INTRODUÇÃO

Lia Faria (1991), explica que a implantação dos CIEPs teve duas fases, uma de Planejamento e Discussão, entre 1983 e 1985, que tem como marca e símbolo o Encontro de Mendes, ocorrido no segundo semestre de 1983, promovendo o encontro entre poder público e os professores com o objetivo de integrar o professorado nas discussões e no lançamento do I PPE. E outra, de implantação que deveria ser entre 1985 e 1988, porém em 1987 já é tido como um momento descrito pela autora com a expressão de “descaminho” do programa, pois sofreu desfiguração na proposta pedagógica e orçamentária. Ocasionada pela derrota eleitoral de Darcy Ribeiro, em 15 de novembro de 1986, candidato sucessor do Governo Leonel Brizola, sendo então transposto pelo Governo Moreira Franco, com gestão de 15 de março de 1987 a 15 de março de 1991.

¹ Pesquisa de mestrado em andamento, do presente autor, apresentado à banca de qualificação do PPGEduc/UFRJ, em abril de 2022, com título: “Os determinantes da crítica do Grupo Globo ao Projeto CIEP: um conflito visando a indústria cultural”.

² Discente, mestrando, PPGEduc/UFRJ.

³ Docente, UFRJ; PPGEduc/UFRJ.

Segundo Lia Faria (1991), sob o governo Moreira Franco houve o desvio de funcionalidade da capacitação dos professores, a extinção do orçamento próprio, as escolas passam a funcionar em mais de um turno, os prédios são alocados também para outras finalidades. Ainda assim, Coordenação Geral do I PEE foi convidada e aceitou manter-se à frente do Projeto CIEP na SEE – Secretaria Estadual de Educação, porém “o argumento de descaracterizar o CIEP como “rede paralela” levou à proposta de interligá-lo ao Programa de Capacitação” (FARIA, 1991, p38), e descaracterizou o modelo de treinamento de professores para ensino integral. Condição que garantiu a institucionalização do CIEP, autorizando a coordenação inserir propostas curriculares dos CIEP’s na rede do SME, mas não o programa na sua completude.

O DEBATE DOS PRÓS E CONTRAS DO I PEE-CIEP

Pode-se dizer que uma das mais fortes críticas acadêmicas e reforçada em setores do professorado, é o de os CIEPs ganharem o arquétipo de “rede paralela”, em vista que era uma política educacional de inovação, não envolvendo toda a estrutura de ensino já existente no Rio de Janeiro. Iniciativa justificada pelo governo Leonel Brizola do altíssimo nível de precarização, inclusive nas estruturas prediais, algumas dessas apelidadas pela própria população de “barracões” (RIBEIRO, 1984). Além disso, muitas outras críticas de setores da sociedade civil vinham de permeados do caráter ideológico e conservador, respaldada no modelo de federalismo brasileiro, e como consequência no fortalecimento dos recursos do tipo “chaguistas”⁴.

Discussão essa que se incorpora o debate acadêmico dos “prós e contras”, dos CIEP’s, sendo que um artigo importante que cristaliza tal debate, possui o título “O que se diz sobre a escola pública de horário integral”, da autora Lúcia Maurício (2006). Isso porque é uma sistematização acadêmica, e que por sua vez, tem como referência de contextualização o artigo de Zaia Brandão, sob o título “A escola de 1º grau em tempo integral: as lições da prática”, publicado em 1989, que é um relato e opinião desta autora frente ao desgaste do I PEE, e que posteriormente assume os vícios academicistas

⁴ Circunscritos na promoção de chefes locais e nas relações de clientela (clientelismo) destes mesmos que envolvia toda uma estrutura pública, e que nem mesmo a vaga escolar escapava (FARIA, 2011).

geradores do seu “críticas na crise política de 1987” (BRANDÃO, apud Maurício, 2006, p 57).

Ou seja, críticas que entram no tema e fato, institucional, de que na origem do Projeto CIEP a municipalização⁵ ainda não era uma prerrogativa da legislação da educação na Constituição. Não havendo tempo hábil para tal medida em um segundo momento quando houve a mudança na legislação, pois Darcy Ribeiro tinha perdido as eleições. Situação importante para a compreensão tanto da crítica de “rede paralela” como da ruptura do I PEE/CIEP, no nível municipal, em 1987. Pois, para além das correlações de forças políticas e ideológicas no poder, gerou consequências na direção das políticas públicas, e os CIEPs é uma dessas políticas que sofrerá alterações em termos de gestão pública. Pela qual a nova legislação autorizava a municipalização em formato democrático do ensino, bandeira tão defendida por Anísio Teixeira, mas que não era vigente no contexto da primeira fase de implantação do I PEE/CIEP.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sob o aspecto condicionante e estritamente político há uma consideração, de Bourdieu, que merece destaque;

“Toda a análise de luta política deve ter como fundamento as determinantes econômicas e sociais da divisão do trabalho político, para não ser levada a naturalizar os mecanismos sociais que produzem e reproduzem a separação entre os << e os >> e a constituir em leis eternas as regularidades históricas válidas nos limites de um estado determinado da estrutura da distribuição do capital.” (2003, p 163).

Os nexos importantes, que merecem destaque no enquadramento dos “descaminhos do I PEE”, como a crise política de 1987; os conteúdos da crítica dos prós e contras; os imbróglis político-partidários; as descontinuidades nas políticas públicas; o contexto histórico; o debate da teoria da dependência; e a trajetória do pensamento político-pedagógico. Demonstram que a problematização não é meramente a partir da observação

⁵ A educação pública vivia sob a égide da Lei 5.692/71, implantada pelo regime militar, que tinha entre outras características a verticalização e o federalismo. Além disso, naquele período os Governadores indicavam os Prefeitos, ou seja, as eleições municipais só retornam em 1985. Sendo que a democratização da legislação municipal da educação surge com a Constituição de 1988.

da execução coletiva junto ao professorado ou não (que é outro debate), ou de que o I PEE-CIEP não tinha planejamento, como conclui Cunha (2001). Mas, sim, observar a existência de contradições emergidas também da cultura política, entre outros fatores, causados pelo embate com o conservadorismo, que apostou no controle institucional e na opinião pública, pela persistência de um ensino retrógrado.

O que entre outras coisas reafirma a tese do, Demerval Saviani (2009), de que a concretização experimental da educação popular, em meio a trajetória das ideias pedagógicas, só vai ocorrer efetivamente no período que ele categoriza de “ensaio contra-hegemônico”, entre 1980 e 1990, no intervalo entre a dominância do modelo de ensino “produtivismo tradicional”, 1969-1980, e o “neoprodutivismo”, 1991-2001. Sendo o momento que a defesa da educação popular alcança seu apogeu nos meios institucionais e políticos reivindicando o caráter de consciência crítica e social, laico e de qualidade, no ensino público brasileiro. E o Projeto CIEP⁶ simboliza justamente uma das experiências de prática educacional popular e contra-hegemônica, a partir de um Governo de Estado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOUDIEU, P. A miséria do mundo. 5ª Ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2003.
- CUNHA, L. Educação, Estado e Democracia no Brasil. 4.ed. Brasília, DF: FLACSO, 2001.
- FARIA, L. CIEP, a utopia possível. São Paulo: Livros Tatu, 1991.
- FARIA, L. Chaguismo e Brizolismo: territorialidades políticas da escola fluminense. Rio de Janeiro: FAPERJ: Quartet, 2011.
- MAURÍCIO, L. O que se diz sobre a escola pública de horário integral. Cadernos Cenpec, n. 2, 2006.
- RIBEIRO, D. Nossa escola é uma calamidade. Rio de Janeiro: Salamandra, 1984.
- RIBEIRO, D. O livro dos CIEPs. Rio de Janeiro: Bloch, 1986.
- SAVIANI, D. História das ideias pedagógicas no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados, 2019.

⁶ O “Livro Preto”, como é conhecido “O livro dos CIEPs”, produzido pelo Governo do Rio de Janeiro, publicado em 1986, é uma demonstração clara que o I PEE-CIEP se propunham uma mudança incisiva no sistema educacional do Rio de Janeiro, atacando em inovação na estrutura do ensino básico